



1ª Votação 25 / 05 / 2017 - Aprovado

2ª Votação 26 / 05 / 2017 - Aprovado

3ª Votação   /  /   -   

**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Formoso do Araguaia**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA, ESTADO DO TOCANTINS.

REQUERIMENTO Nº 002/2017.

020

**REQUERENTES: Vereadores: Josafá Paz de Sousa e Sebastian da Gráfica.**

**ASSUNTO: DOAÇÃO DE IMÓVEL MUNICIPAL PARA A ENTIDADE FILANTRÓPICA ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE EXCEPCIONAL (APAE) DE FORMOSO DO ARAGUAIA/TO, nos termos a seguir especificados e justificados.**

**1. RAZÕES DO REQUERIMENTO AO DESTINATÁRIO**

Excelentíssimo Senhor Prefeito, a Associação de Pais dos Excepcionais de Formoso do Araguaia (APAE de Formoso do Araguaia/TO) funciona desde 22 de Junho de 2006, conforme consta em seu Estatuto.

Sabe-se que a APAE é uma Associação Civil Filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisas, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços na sociedade.

No ano de 2011, o Poder Executivo do Município de Formoso do Araguaia expediu o Decreto nº 14/2011 que desmembrou a área onde hoje se encontra instalada a APAE de Formoso do Araguaia.



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Formoso do Araguaia**

E, através do Decreto Municipal nº 032/2012, o Executivo Municipal estabeleceu a APAE a Permissão de Uso de Bem Público Municipal, resultando na permissão para que a APAE funcionasse em um imóvel pertencente ao Município.

Ocorre que até a presente data, passado longos anos essa tão importante Entidade Assistencial e Filantrópica **não possui prédio próprio estando sujeita a transitoriedade de uma Permissão de Uso.**

Assim, as razões legais, humanitárias e do ponto de vista do “bem social” são várias, isso a ponto de justifica a doação em definitivo do imóvel para esta tão respeitável e digna Entidade, levando em conta, ainda, que já se encontra no imóvel.

Ocorre, Excelentíssimo Senhor Prefeito que o Art. 112 da Lei Orgânica de Formoso do Araguaia, estabelece o seguinte:

**Artigo 112 – A alienação de bens municipais, subordinada a existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas:**

**I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;**

Assim, para a concretização da doação aqui pretendida e requerida, faz-se necessário que o Chefe do Poder Executivo Municipal envie Projeto de Lei de Doação de Imóvel Público, nos termos legais, **pois trata-se de competência privativa do Executivo Municipal**, para que com isso esta Casa de Leis possa aprová-lo, dando assim, a autorização legislativa que exige a Lei Orgânica.



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Formoso do Araguaia**

No entanto, o Poder **Legislativo** utilizando-se dos meios legais postos a sua disposição pode (e deve) provocar o Executivo Municipal a elaborar leis relevantes como a que se pretende através deste Requerimento.

Diante do apresentando, Requeremos Excelentíssimo Senhor Prefeito o Deferimento do Presente Requerimento.

**2. DO PEDIDO AOS VEREADORES**

Excelentíssimo Senhores Vereadores, Nobre Colegas, apresentados neste Requerimento as razões para a Autoridade destinatária do mesmo, solicitamos pelas mesmas razões e diante das disposições do Regimento Interno desta Câmara, que o presente Requerimento seja aprovado e encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal para as providências requeridas.

Câmara Municipal de Formoso do Araguaia/TO, aos 22 de maio de 2017.

Vereadores Requerentes:

1. **Josafá Paz de Sousa;**
2. **Sebastian da Gráfica**
3. **Mosaniel Falcão de França Junior**
4. **Guilherme Barros Siriano**
5. **Sandoval Martins da Costa**